



Afro-Ásia

ISSN: 0002-0591

revista.afroasia@gmail.com

Universidade Federal da Bahia

Brasil

Viana de Paula, Juliano Tiago  
COMPADRIO E ESCRAVIDAO EM UMA FREGUESIA SUL-MINEIRA: SÃO TOMÉ DAS  
LETRAS (1840-1870)  
Afro-Ásia, núm. 52, 2015, pp. 177-212  
Universidade Federal da Bahia  
Bahía, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77050451006>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# **COMPADRIO E ESCRAVIDAO EM UMA FREGUESIA SUL-MINEIRA: SÃO TOMÉ DAS LETRAS (1840-1870)**

*Juliano Tiago Viana de Paula\**

O compadrio é sempre característico de cada lugar e região. No Brasil, enquanto durou a escravidão, era comum que os pais dos inocentes batizados emitissem convites a pessoas de condições sociais iguais ou superiores à sua. Nessa lógica, o compadrio pode ser compreendido de duas formas: horizontal, quando os indivíduos escolhem compadres dos mesmos grupos sociais para apadrinhar seus filhos, e vertical, quando estabelece uma relação entre pessoas de posições sociais distintas.

Era costume o convite a pessoas melhor posicionadas na sociedade para o apadrinhamento. Em se tratando dos cativos, a regra não era diferente, e muitos buscavam compadres de maior estatuto social. Robert Slenes afirma que os escravos tinham interesse em estabelecer relações de compadrio com pessoas de recursos, com o intuito de proteger a si mesmos e a seus filhos.<sup>1</sup>

A historiografia sobre o compadrio há muito tempo vem demonstrando o esforço dos escravos em estabelecer relações de compadrio com pessoas livres. Nem sempre essas relações estavam pautadas por laços de

\* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. *E-mail:* juvieiravp@hotmail.com

<sup>1</sup> Robert Slenes, “Senhores e subalternos no Oeste Paulista”, in Luiz Felipe de Alencastro (org.), *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional* (São Paulo: Companhia das Letras, 1997), p. 271.

solidariedade, visto que, em muitos casos, havia uma estratégia social de aproximação de indivíduos melhor situados na hierarquia da sociedade.

Silvia Brügger, analisando as relações parentais na Vila de São João del Rei, entre 1736 e 1850, verificou que o compadrio, de forma geral, constituía, para todos os grupos, uma “aliança para cima”, “com segmentos sociais, de algum modo, situados, na hierarquia social, em patamares mais elevados que o da mãe da criança”.<sup>2</sup>

Gudeman e Schwartz, analisando duas paróquias do Recôncavo baiano no século XVIII, constataram que mais de 70% dos inocentes cativos haviam sido apadrinhados por pessoas livres, 20% por cativos e 10% por recém-egressos da escravidão, o que demonstra que os escravos dessas localidades se utilizavam da estratégia de se aproximar de pessoas que lhes forneceriam apoio e proteção.<sup>3</sup>

Todavia, deve-se ser cauteloso ao se compararem os resultados desses estudos com o que foi por nós desenvolvido sobre a Freguesia de São Tomé das Letras, devendo-se levar em conta o tempo a que cada pesquisa se dedicou e, também, as diferenças que caracterizam cada localidade pesquisada. Sendo assim, nas páginas a seguir, serão apresentados dados gerais e singulares do compadrio católico na Freguesia de São Tomé das Letras entre os anos de 1840 e 1870.

## **Uma breve incursão sobre a Freguesia de São Tomé das Letras**

A ocupação da região de São Tomé das Letras iniciou-se com a ereção de uma capela em louvor a São Tomé, por provisão de 23 de março de 1770, a pedido do padre Francisco Alves Torres, construída pelo fazendeiro João Francisco Junqueira. Durante o período regencial, São Tomé das Letras recebeu um controle mais efetivo. Em 1839, depois de uma contagem da população, a localidade foi elevada a freguesia, criando-se a paróquia então pertencente à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição

<sup>2</sup> Silvia Maria Jardim Brügger, *Minas patriarcal: família e sociedade (São João del Rei, séculos XVIII e XIX)*, São Paulo: Annablume, 2007, p. 322.

<sup>3</sup> Stephen Gudeman e Stuart Schwartz, “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravo na Bahia do século XVIII”, in João José Reis (org.), *Escravidão e invenção da liberdade* (São Paulo, Brasiliense, 1988), p. 43.

de Carrancas, termo de São João del Rei.<sup>4</sup> No ano de 1841, São Tomé passou a pertencer à Vila de Santa Maria do Baependi, e foi instituído o primeiro vigário da região, o padre João Ribeiro Maia. Anos mais tarde, esse pároco delimitou a área patrimonial da região de São Tomé das Letras, fazendo com que essa localidade suprisse as necessidades da população local. Sob essa ação, São Tomé passou a fazer parte da organização jurídica e administrativa do Império Brasileiro, ficando encarregada de receber as inscrições dos eleitores e de cuidar da vida moral e espiritual dos seus fregueses.<sup>5</sup>

Do início do seu povoamento até o ano de 1839, foram construídos 134 domicílios, que abrigavam uma população de 1.314 habitantes, sendo 704 livres e 608 escravos.<sup>6</sup> No ano de 1872, esse contingente populacional mais que triplicou, chegando a 3.932 pessoas, sendo 2.183 livres e 1.749 escravos, e o número de residências subiu para 361 domicílios.<sup>7</sup>

Durante essas três décadas, a Freguesia de São Tomé das Letras apresentou uma estrutura de posse cativa que foi capaz de criar uma hierarquia social entre os próprios senhores de escravos e aqueles que não os possuíam. A Tabela 1 explicita a distribuição de escravarias e de cativos por faixas de tamanho de plantéis.

As faixas de plantéis da Freguesia de São Tomé das Letras apresentavam duas formas de concentração: uma de cativos agrupados em grandes escravarias, e outra de propriedades chefiadas por senhores com poucos escravos. Na faixa de plantéis acima de 41 escravos, estava concentrada quase a metade da população cativa da região (380/46,4%), ao passo que, nos plantéis com menos de cinco cativos, havia menos de 1/3 dos homens e mulheres escravizados. Nas distintas faixas de plantéis havia extremos; nas caracterizadas como de pequeno porte (1-5 cativos), poucos escravos distribuíam-se por um elevado número de propriedades; nas qualificadas como maiores (acima de 41), muitos cativos se concen-

<sup>4</sup> “Cidades”, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=311460>>.

<sup>5</sup> Bernardo Saturnino da Veiga, *Almanach Sul Mineiro*, Campanha: Thypographia do Monitor Sul Mineiro, 1884, p. 537.

<sup>6</sup> Arquivo Públíco Mineiro, Seção Provincial Presidência da Província. Mapa de população. Lista nominativa de 1839 da Freguesia de São Tomé das Letras. Fundo: SPPP1, cx.12.

<sup>7</sup> Diretório Geral de Estatística (DGE), *Recenseamento geral do Império de 1872*, Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger; Tip. Commercial, 1876.

Tabela 1 - Distribuição de escravarias e cativos  
segundo a faixa de tamanho de plantéis,  
Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870)

Faixa de tamanho de plantéis	Escravaria		Cutivo	
	Nº	%	Nº	%
1 a 5 escravos	31	50,0	84	10,2
6 a 10 escravos	11	17,7	76	9,2
11 a 20 escravos	8	12,7	109	13,2
21 a 40 escravos	6	9,8	173	21,0
Acima de 41 escravos	6	9,8	380	46,4
Total	62	100%	822	100%

Fonte: Escritório Técnico do IPHAN de São João Del Rei. Inventários *post-mortem* de São Tomé das Letras.

travam em poucas escravarias. Diante desse perfil, pode-se dizer que a posse escrava era bastante desigual na Freguesia de São Tomé das Letras, e a riqueza na região estava concentrada nas mãos de poucos senhores.

Herbert Klein e Francisco Vidal Luna, analisando as províncias paulista e mineira no ano de 1830, verificaram que sua estrutura de posse apresentava semelhanças. Em ambas, havia um reduzido número de grandes propriedades e uma elevada proporção de pequenos plantéis. Tanto em Minas Gerais quanto em São Paulo, 1/4 dos senhores possuía apenas um escravo, e quase 80% dos proprietários senhoreavam apenas 10 ou menos cativos, controlando aproximadamente 40% da escravaria total. Nessas regiões do Sudeste brasileiro, os autores constataram poucos plantéis que possuíam mais de 200 escravos, e as enormes propriedades detinham apenas 4% da população escrava. Das duas províncias, Minas possuía o maior número de grandes fazendeiros, com três proprietários controlando mais de 300 escravos. Em contraste, o maior proprietário em toda a Província de São Paulo possuía apenas 164 cativos.<sup>8</sup>

Para efeito de comparação e guardadas as devidas proporções populacionais, a Freguesia de São Tomé das Letras apresentava padrões seme-

<sup>8</sup> Herbert Klein e Francisco Vidal Luna, "Free Colored in a Slave Society: São Paulo and Minas Gerais in the Early Nineteenth Century", *Hispanic American Historical Review*, v. 80, n. 4 (2000), pp. 925-30.

lhantes às da estrutura de posse das mencionadas províncias, porém, a posse escrava nessa freguesia sul mineira esteve atrelada a valores sociais, em que a aquisição de cativos era um indicador de riqueza e prestígio na localidade.<sup>9</sup>

A concentração de um maior contingente de cativos em São Tomé entre os senhores de grandes escravarias implicava uma distribuição desigual dessa mão de obra, observando-se que quanto maior essa concentração em mãos de poucos senhores, mais rígidas as relações hierárquicas que organizavam a população livre da região, e mais visíveis às distinções sociais no interior do grupo escravista.<sup>10</sup> Assim, pode-se dizer que “o ápice da pirâmide social da Freguesia de São Tomé das Letras era mais estreito e seletivo”.<sup>11</sup> Por fim, pode-se afirmar que a propriedade escrava na Freguesia de São Tomé contribuía para a reprodução da hierarquia social, na qual os pequenos, médios e grandes senhores de escravos reconheciaem seus valores sociais na localidade.

Os senhores inventariados de São Tomé das Letras dedicavam-se basicamente a atividades agropastoris, tais como a criação de animais e o cultivo de produtos agrícolas utilizados na alimentação, como apresentam os gráficos 1 e 2.

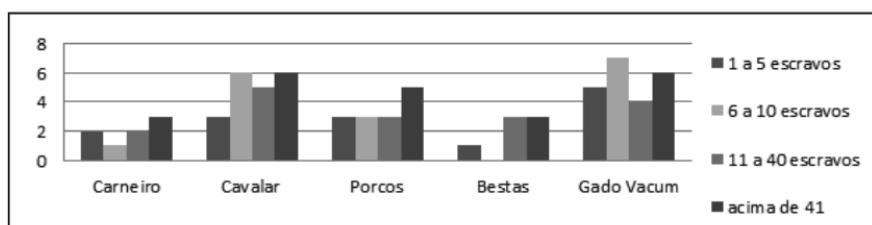


Gráfico 1 - Produção pecuarista nos plantéis escravistas,  
São Tomé das Letras, 1840-1870

Fonte: Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei. Inventário Post-mortem da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870).

As atividades ligadas à criação de animais superavam as de plantação de produtos agrícolas, e os mais comumente documentados nos inventários são o gado bovino, equino e suíno; somados esses bens, eles representa-

<sup>9</sup> João Fragoso, *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 92.

<sup>10</sup> Fragoso, *Homens de grossa aventura*, p. 46.

<sup>11</sup> Cacilda Machado, *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista*, Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p. 68.

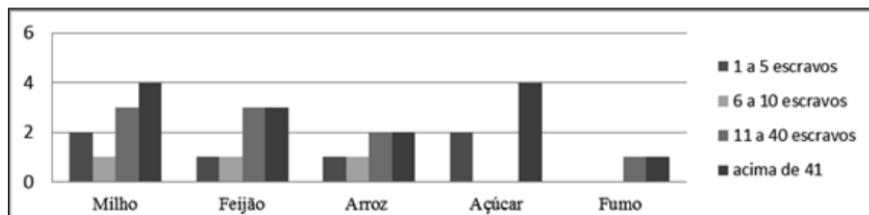


Gráfico 2 - Produção agrícola nos pantéis escravistas da Freguesia de São Tomé das Letras, 1840-1870

Fonte: Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei. Inventário *Post-mortem* da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870).

vam cerca de 57,6% da produção da Freguesia de São Tomé das Letras. Os gêneros agrícolas direcionados para a alimentação que aparecem nos inventários são milho, arroz e feijão, dieta básica da maioria das famílias da região, e sua produção atingia um percentual de 42,4%. Portanto, pode-se concluir que essas atividades foram dinâmicas e complementares na manutenção dos plantéis escravistas de São Tomé das Letras.

## O batismo de crianças livres e escravas

Tanto para os livres quanto para os escravos, o batismo era de fundamental importância, por se tratar do primeiro passo para a salvação da alma e para inserção na comunidade cristã.<sup>12</sup>

No Gráfico 3 está representado, ao longo dos anos de 1840 a 1870, o número de crianças livres e escravas que foram batizadas na Freguesia de São Tomé das Letras. Os dados apresentados podem nos responder sobre possíveis critérios de escolha, assim como sobre a própria natureza da relação que se estabelecia entre compadres.

Em quase todos os anos, os inocentes livres foram mais apadrinhados do que os inocentes cativos; somente nos anos de 1858, 1860 e 1865, as crianças escravas superaram as livres em número de batismo. Portanto, mesmo o Gráfico 3 não apresentando uma contínua curva elevada de batismos, os cativos não deixaram de fortalecer suas alianças sociais e de legitimar seus laços familiares.

<sup>12</sup> Sebastiao Monteiro da Vide, *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, São Paulo: Typ. 2 de Dezembro, 1853 [1719].

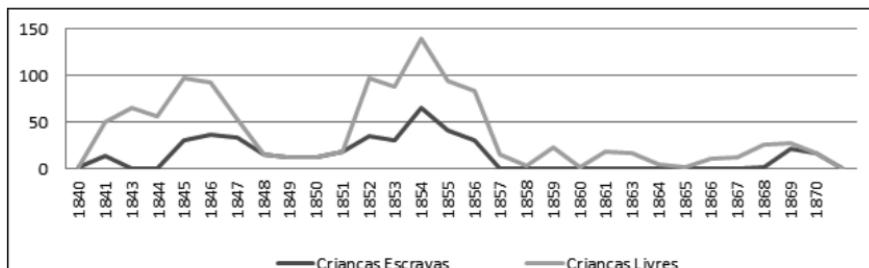


Gráfico 3 - Batismo de livres e de escravos,  
Freguesia de São Tomé das Letras, 1840-1870

Fonte: Cúria Diocesana de Campanha. Livro de registro paroquial de batismo da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870)

No período analisado, foram 855 crianças livres batizadas na região, cinco delas filhos de um casal escravo e quatro de mães cativas cujos pais não foram registrados nos assentos de batismo; outros inocentes eram filhos de pessoas livres de ascendência escrava, de imigrantes pobres e de senhores menos afortunados, além de filhos dos mais aquinhoados, com grande prestígio social. Alguns pais das crianças livres que não foram mencionados nos assentos de batismo eram cativos.

Além disso, os párocos da Freguesia de São Tomé das Letras não foram caprichosos em descrever a condição social dos pais dessas crianças livres. Raríssimas vezes esses dados aparecem; apenas um pai e uma mãe tiveram a sua condição anotada pelo pároco João Ribeiro Maia: os pais da inocente Maria, Daniel crioulo livre e Maria crioula livre, eram filhos de pessoas recém-egressas do cativeiro,

Cruzando a documentação de batismo com a lista nominativa e os inventários da região, constatou-se que 45 crianças livres batizadas eram filhas de senhores de escravos da freguesia. Uma delas, por exemplo, era filha do major Guilherme José Pereira, proprietário de um grande plantel escravista que contava com 48 escravos; seu monte-mor foi avaliado em 42.528\$000.<sup>13</sup>

No mesmo período, com relação às crianças escravas, foram batizados 532 inocentes, 300 do sexo masculino e 232 do feminino, o que nos

<sup>13</sup> Museu Regional de São João del Rei. Tipo de Documento: Inventário. Ano: 1875, caixa: 17. Inventário de Guilherme José Pereira.

mostra um relativo equilíbrio entre os sexos, com razão de masculinidade de 129,3. Além disso, não ocorreu nenhum batismo de cativo adulto, o que denota que os senhores de São Tomé das Letras tinham interesse em investir na reprodução vegetativa de suas escravarias.

Em se tratando dos dados gerais sobre a escolha de compadres, faz-se necessário um estudo das condições jurídicas dos padrinhos das crianças cativas da Freguesia de São Tomé das Letras.

Assim como aconteceu em outras regiões de que há estudos sobre o tema, a opção por padrinhos pode ter sido uma escolha tanto do proprietário quanto dos pais.<sup>14</sup> Na Freguesia de São Tomé das Letras, entre as 532 crianças presas ao cativeiro, padrinhos cativos estiveram presentes em 285 (53,5%) cerimônias de batismo, ao passo que padrinhos livres, em 236 (44,3%), com porcentagens relativamente próximas. Os números demonstram que os pais dos infantes escravos se relacionavam tanto com pessoas da mesma condição jurídica como com a população livre em geral. Tome-se como exemplo a relação de compadrio do casal de escravos Antônio crioulo e Silveira crioula, cativos de Manoel Alves Taveira, cujos cinco filhos foram apadrinhados por pessoas de condições sociais distintas, sendo três cativas e duas livres. Outro seria o caso de Hilária crioula, que teve como compadres o escravo Manoel e o seu senhor, José Joaquim dos Reis, detentor de uma pequena escravaria na região.<sup>15</sup>

Quanto maior o número de filhos apadrinhados, maior seria a margem de ação dos pais cativos, podendo, assim, tentar “concretizar”, via apadrinhamento, laços estabelecidos antes do nascimento dos filhos, inclusive com indivíduos livres (forros ou brancos). Daí a importância de tomar-se o escravo como um “agente racional”, capaz de empregar estratégias de ação com base em seus recursos e em orientações valorativas.<sup>16</sup>

<sup>14</sup> Carlos Almeida Bacellar, *Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira*, pp. 2-6, <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307925540\\_ARQUIVO\\_Oscompadreseascomadresdeescravos.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307925540_ARQUIVO_Oscompadreseascomadresdeescravos.pdf)>, acessado em 02/08/2012.

<sup>15</sup> Museu Regional de São João del Rei. Tipo de Documento: Inventário. Ano: 1860, cx.: 11. Inventariado: Manoel Alves Taveira.

<sup>16</sup> Paul-André Rosental, “Construir o macro pelo micro: Freddrik Barth e a ‘microstória’”, in Jacques Revel (org.), *Jogos de escalas. A experiência da microanálise* (Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998), pp. 151-72.

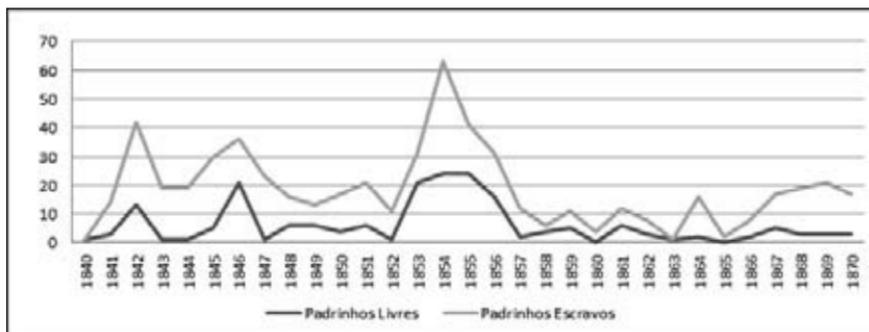


Gráfico 4 - Apadrinhamento de crianças escravas por pessoas livres e por pessoas escravas, Freguesia de São Tomé das Letras, 1840-1870.

Fonte: Cúria Diocesana de Campanha. Livro de registro paroquial de batismo da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870)

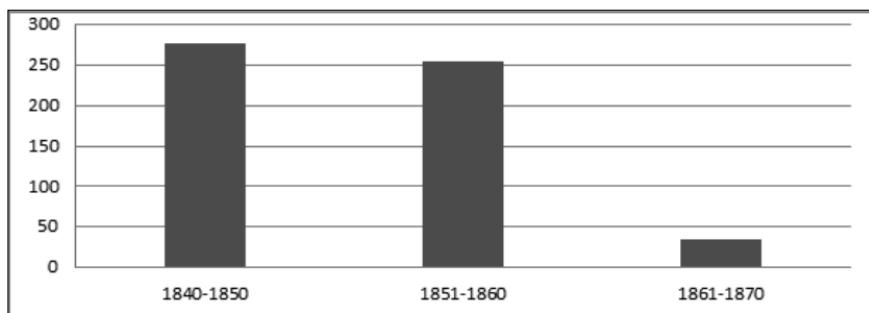


Gráfico 5 - Batismo de crianças escravas por décadas, Freguesia de São Tomé das Letras, 1840-1870

Fonte: Cúria Diocesana de Campanha. Livro de registro paroquial de batismo da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870).

Explorando-se um pouco mais a estrutura do compadrio na região, realizou-se uma análise da distribuição do apadrinhamento de crianças cativas em cada uma das décadas que compõem o recorte cronológico desta pesquisa, como se explicita no Gráfico 5.

Observou-se que a maioria das crianças cativas foram batizadas entre 1840 e 1850, sobretudo na década de 1840. Convém destacar que esse período foi fortemente marcado pela intensa entrada de africanos novos nos portos brasileiros, sendo a última década de vigência do trá-

fico internacional de escravos, época em que vários senhores do Sudeste brasileiro recorreram à mão de obra vinda de além-mar para garantir a manutenção de suas posses.<sup>17</sup>

É provável que, na década de 1840, os senhores de São Tomé das Letras tenham importado africanos, mas o alto número de crianças cativas batizadas indica que eles estavam interessados no crescimento natural de suas escravarias. É importante frisar que nenhum adulto foi batizado na região entre 1840 e 1870, o que significa que, durante essas décadas, os inocentes cativos tiveram enorme importância na reprodução física das senzalas da Freguesia de São Tomé das Letras. Na década de 1840, os senhores levaram à pia batismal o alto contingente de 277 crianças escravas, o que permite presumir-se que os senhores incentivavam seus escravos a formar famílias, com o intuito de assegurar a manutenção de sua posse.

Porém, a reprodução das escravarias não dependia somente da vontade senhorial, pois os escravos também interferiam nesse processo. Em alguns momentos, insatisfeitos com seus senhores, muitos deles poderiam deixar de procriar, comprometendo a reprodução física da mão de obra. Os senhores tinham ciência disso, e alguns foram cautelosos em incentivar seus cativos a procriar novos dependentes, reconhecendo e respeitando os laços familiares que eram constituídos no interior do cativeiro.

## Compadrio escravo e estrutura de posse

As atas de batismo demonstram que os cativos se relacionavam com indivíduos pertencentes a outras unidades escravistas. Havia escravos que apadrinhavam crianças de outras propriedades, ampliando, assim, seus laços de sociabilidade. Esse foi, por exemplo, o caso de Felisberto, escravo de Doutor Tristão Antônio de Alvarenga, que saiu da Fazenda do Sobrado e foi apadrinhar um inocente cativo na Fazenda Jardim, propriedade do capitão João Cândido da Silva. Caso semelhante foi o de Adão crioulo, morador da Freguesia do Carmo do Baependi, cativo

<sup>17</sup> Manolo Florentino e Roberto Góes, *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, pp. 27-37.



Gráfico 6 - Relações de compadrio entre escravos pertencentes a distintos senhores,  
Freguesia de São Tomé das Letras, 1840-1870

Fonte: Cúria Diocesana de Campanha. Livro de registro paroquial de batismo  
da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870).

do tenente-coronel Antônio José Ribeiro de Carvalho, que apadrinhou, na Fazenda Campo Belo, da Freguesia de São Tomé das Letras, a inocente Eva, filha legítima de Lucas de nação e Eva crioula, escravos de Francisco de Andrade Junqueira.

O Gráfico 6 fornece uma noção mais ampla das relações de compadrio entre propriedades na Freguesia de São Tomé das Letras.

Esse resultado gráfico demonstra um mais alto percentual (65,7%) de relações de compadrio entre cativos de distintas escravarias, constatando-se uma rede de convívio que ultrapassava as fronteiras dos plantéis, e sinalizando, assim, uma mobilidade espacial entre os escravos de diferentes propriedades da região. Por outro lado, o compadrio intrapropriedade (34,3%) revela a manutenção de vínculos de sociabilidade e solidariedade que teriam sido acionados nos momentos críticos do cativeiro.

A movimentação espacial dos cativos em distintas posses pode refletir certa autonomia de conquista dentro do espaço delimitado pelo cativeiro, buscando, desse modo, mais independência em suas vidas. Para Robert Slenes, os escravos constituídos em famílias e com extensos laços parentais poderiam obter mais autonomia, conseguindo viver em choupanas próprias, cultivar seus próprios alimentos e ter livre acesso a suas roças.<sup>18</sup>

<sup>18</sup> Robert Slenes, *Na senzala, uma flor - esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*, Campinas: Editora da Unicamp, 2011, pp. 183-203.

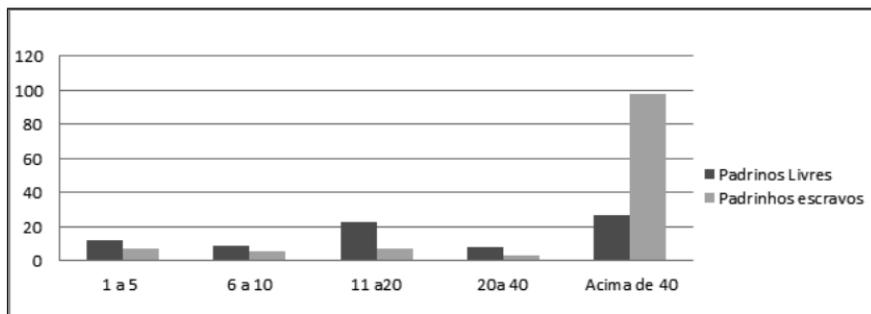


Gráfico 7 - Padrinhos livres e escravos em plantéis escravistas, Freguesia de São Tomé das Letras, 1840-1870

Fonte: Cúria Diocesana de Campanha. Livro de registro paroquial de batismo da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870).

Outro dado importante sobre o compadrio na região era a influência dos plantéis escravistas nas relações parentais dos cativos. Como referido anteriormente, na Freguesia de São Tomé das Letras, as propriedades de grande porte, com 50 a 110 cativos, controlavam quase metade da população escrava (46,4%), e a outra parcela desse contingente estava empregada nas unidades em que havia de 1 a 40 cativos (53,6%).

Feita essa breve demonstração da composição de posse de São Tomé das Letras, cabe verificarem-se os efeitos dessa estrutura nas relações de compadrio entre pessoas livres e escravas. Explicita esse quadro o Gráfico 7, sobre a presença de compadres livres e escravos que apadrinharam crianças cativas espalhadas pelas diversas escravarias da região.

Nas grandes propriedades, foi expressiva a presença de padrinhos cativos (80,9%) nos batistérios de inocentes escravos, tendo comparecido em 98 cerimônias, ao passo que em 27 eventos os padrinhos eram pessoas livres, uma vez que um grande plantel permitia escolha farta e fácil para o compadrio cativo. Um casal isolado na casa de um senhor ermitão, por exemplo, teria menor facilidade para constituir seus laços familiares com pessoas da mesma condição social. Por outro lado, nas pequenas escravarias, os escravos se relacionavam mais com indivíduos de distintas condições sociais, majoritariamente pessoas livres.

Essa situação vai ao encontro do estudo de José Roberto Góes sobre a Freguesia de Inhaúma do Rio de Janeiro, em que observa que

ao escolher os padrinhos para seus filhos, os cativos davam preferência a outros escravos, e que os compadres livres eram mais presentes nos plantéis menores que nos maiores.<sup>19</sup>

Por que os senhores de São Tomé permitiam/incentivavam os cativos de pequenas posses a buscar padrinhos livres ou de outras escravarias? Afora a negociação senhor/escravo, havia uma estratégia senhorial, pois, seus cativos, ligando-se a pessoas livres ou cativas de outras escravarias, iriam expandir, de certo modo, suas relações, gerando-lhes algum capital social. Uma pessoa que fosse detentora de um pequeno plantel escravista e que não detivesse grandes recursos materiais necessitaria criar fortes laços morais com a comunidade local, de que faziam parte indivíduos de diversos segmentos sociais (escravos, libertos, forros, senhores etc.). Assim, para esses pequenos escravistas, investir no capital relacional dos seus cativos não era um mau negócio, visto que podiam se aproveitar da opção disponível de angariar vantagens sobre as relações de compadrio de seus cativos.

Com as informações disponíveis, é possível supor-se que, na maioria dos casos, em São Tomé das Letras, o batizado dos inocentes cativos serviu para estabelecer ou ritualizar relações entre cativos que pertenciam às grandes propriedades escravistas, e que o compadrio escravo nessas propriedades hierarquizava as senzalas da região. O Gráfico 8 ilustra as relações parentais entre os cativos que pertenciam aos maiores senhores de escravos dessa freguesia.

Na representação gráfica estão os cinco senhores que detinham as maiores escravarias da freguesia, com destaque para Gabriel Francisco Junqueira, o Barão de Alfenas, que levou o maior número de cativos à pia batismal de São Tomé das Letras: em sua posse, foram 29 as crianças batizadas e 44 os escravos que serviram de padrinhos,<sup>20</sup> em sua maioria pertencentes à escravaria de seu filho, o alferes Francisco de Andrade Junqueira, e nenhum dos seus escravos foi apadrinhado por pessoas livres,

O segundo senhor que apresentou um elevado número de cativos batizados foi exatamente o filho do Barão de Alfenas, Francisco

<sup>19</sup> José Roberto Góes, *O cativeiro imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX*, Vitória: Lineart, 1993, pp. 78-84.

<sup>20</sup> Assentos de Batismo da Freguesia de São Tomé das Letras, Cúria Diocesana de Campanha, Livro I, Ano:1840-1870.

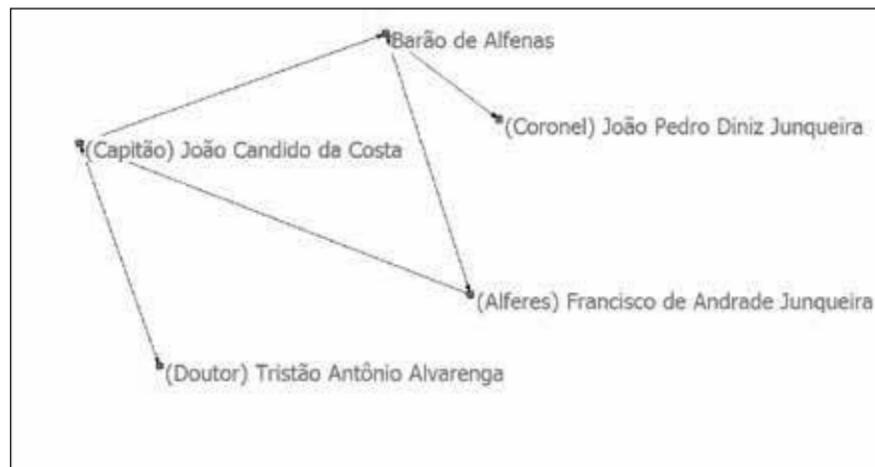


Gráfico 8 - Relações de compadrio entre escravos pertencentes a grandes escravarias, Freguesia de São Tomé das Letras, 1840-1870

Fonte: Cúria Diocesana de Campanha. Livro de registro paroquial de batismo da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870).

de Andrade Junqueira, que teve 24 crianças escravas de suas posses apadrinhadas por cativos de outras fazendas, sendo 10 das escravarias de seu pai, nove das propriedades de seus cunhados e irmãos, além de cinco de seu próprio plantel.<sup>21</sup>

Na sequência, tem-se o tenente-coronel, João Pedro Diniz Junqueira, de cuja senzala foram 15 os inocentes cativos que receberam o santo óleo na pia batismal, nove tendo sido apadrinhadas por cativos de sua fazenda e uma da propriedade do Barão de Alfenas; as outras cinco tiveram como padrinhos pessoas livres.

Ao contrário do que ocorreu nas escravarias do Barão de Alfenas e de seu filho, os compadres livres fizeram-se presentes na senzala do tenente-coronel João Pedro Diniz Junqueira, e dois escravos a ele pertencentes foram apadrinhar dois inocentes cativos na propriedade do Barão de Alfenas.<sup>22</sup>

De modo semelhante, o capitão João Cândido da Costa levou 14

<sup>21</sup> Assentos de Batismo da Freguesia de São Tomé das Letras, Cúria Diocesana de Campanha, Livro. I, Ano: 1840-1870.

<sup>22</sup> Assentos de Batismo da Freguesia de São Tomé das Letras. Cúria Diocesana de Campanha. Livro I. Ano: 1840-1870.

crianças escravas para serem batizadas na Igreja Matriz de São Tomé das Letras, seis delas apadrinhadas por pessoas livres. Seus escravos foram escolhidos para apadrinhar crianças em outras escravarias: dois inocentes cativos no plantel do Barão de Alfenas, três na posse do Doutor Tristão Antônio Junqueira, quatro em sua unidade escravista, e os demais nas fazendas de seus familiares.<sup>23</sup>

Entre esses senhores donos de grandes escravarias, o Doutor Tristão Antônio de Alvarenga foi o que menos levou cativos à pia batismal: sete receberam o santo óleo do batismo, três deles tendo como padrinhos escravos pertencentes à sua unidade. Três escravos do senhor Alvarenga foram compadres de cativos nas propriedades de Dona Genoveva Francisca Junqueira e de João Cândido da Costa, e um em seu plantel.<sup>24</sup>

Como se pode notar, essas escravarias tinham grande valor na população escrava da Freguesia de São Tomé e acabavam demonstrando sua posição ao atuar como importantes centros de padrinhos e madrinhas.<sup>25</sup> Tais dados sugerem que havia uma clara hierarquia destas senzalas sobre as outras da região, fruto de uma hierarquia social existente entre os senhores desses escravos e suas casas.<sup>26</sup>

Esses senhores, membros da mesma família, eram considerados os homens mais afortunados da região. Fazer com que seus escravos mantivessem relações entre si pode ser um indício de que esse seletivo grupo estava se distinguindo dos demais, detentores que eram de riqueza e prestígio na localidade, encontrando-se no topo da hierarquia social da Freguesia de São Tomé das Letras.

Essa hierarquia local teria se refletido, provavelmente, nas senzalas de São Tomé. Tomando-se por base as relações de compadrio, os cativos que pertenciam às mais prestigiosas casas senhoriais não mantiveram re-

<sup>23</sup> Inventário pos-mortem de Tristão Antônio de Alvarenga, Escritório Técnico do Iphan da Cidade de São João del Rei. Ano: 1871, cx: 37.

<sup>24</sup> Assentos de Batismo da Freguesia de São Tomé das Letras. Cúria Diocesana de Campanha. Livro I. Ano: 1840-1870.

<sup>25</sup> Luís Augusto Farinatti, *Os compadres de Estêvão e Benedita: hierarquia social, compadrio e escravidão na fronteira meridional do Brasil (1821-1845)*, p. 11, <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308156793\\_ARQUIVO\\_FarinattiSNH2011\(2\).pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308156793_ARQUIVO_FarinattiSNH2011(2).pdf)>, acessado em 14/09/2013.

<sup>26</sup> João Luis Ribeiro Fragoso, “A espera das frotas: hierarquia social e formas de acumulação no Rio de Janeiro, Século XVII”, *Cadernos do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social*, n. 1 (1995).

lações parentais com escravos que pertenciam a pequenas propriedades. Isso significa que, nessas grandes escravarias, teria se formado uma comunidade escrava que não mantinha relações com cativos pertencentes a plantéis escravistas de médio e pequeno porte, o que decorreu da iniciativa dos grandes senhores de escravos em se fechar como distinto grupo social.

As pequenas escravarias da Freguesia de São Tomé das Letras apresentavam uma baixa produção alimentar, e os donos dessas posses, ao longo da vida, conseguiram acumular poucos recursos.<sup>27</sup> Toda essa infraestrutura teria interferido, provavelmente, nos espaços das senzalas, pois os modestos capitais adquiridos por essas propriedades tornava a vida dos cativos mais precária. Sendo assim, os cativos que viviam em senzalas mais prósperas, nas quais a alimentação e o vestuário eram recursos garantidos diariamente, tiveram, de certa forma, melhores condições de ascender ao topo da hierarquia do cativeiro, distanciando-se e diferenciando-se daqueles que viviam em escravarias que tinham a subsistência comprometida.

Nos próximos tópicos serão analisados alguns episódios que demonstram as tramas sociais do compadrio na região, fazendo-se um exame das estratégias relacionais de agentes de distintas condições jurídicas em torno dos aspectos políticos e sociais do parentesco. Nesse sentido, o estudo de caso possibilitará recuperar outra dimensão que apenas a quantificação da série batismal não abarcaria.<sup>28</sup> Para tanto, lançou-se mão de diferentes fundos documentais, como os paroquiais, listas nominativas, testamentos e inventários *post-mortem* à procura de rastros e histórias dos atores sociais, tendo seu nome como fio condutor dessa investigação.<sup>29</sup> Assim, o presente estudo lança luz sobre a trajetória de senhores e cativos que se envolveram em complexas redes de relacionamento social e familiar na região.

<sup>27</sup> Juliano Tiago Viana de Paula, “Escravidão, família e compadrio cativo numa freguesia sul mineira: São Tomé das Letras – MG (1840-1870)” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013), p. 38.

<sup>28</sup> Moacir Rodrigo de Castro Maia, “Tecer redes, proteger relações: portugueses e africanos na vivência do compadrio (Minas Gerais, 1720 – 1750)”, *Topoi*, v. 11, n. 20 (2010), pp. 36-54.

<sup>29</sup> Carlo Ginzburg e Carlo Poni, “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”, in Carlo Ginzburg et al., *A micro-história e outros ensaios*, Lisboa: Difel, 1989, pp. 169-78. Martha Hameister, “Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763)” (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006).

## Aos cuidados do seu padrinho

A partir de vários testamentos da Freguesia de São Tomé das Letras, nota-se que alguns senhores preocupavam-se com o destino de seus escravos e procuravam pessoas próximas e de confiança que pudesse zelar pelo futuro dos seus cativos. Foi o caso de Dona Jacinta Clementina de Jesus em relação à sua escrava Cândida Parda, cativa que, com apenas dois anos de idade, foi apadrinhada por um irmão seu, Rafael José de Andrade. Em seu testamento, Dona Jacinta de Jesus deixou o seguinte:

Declaro que meus irmãos Joaquim e Miguel não terão parte alguma nos meus escravos, mas sim em outros bens, e assim mais é minha vontade que a minha escrava Cândida fique pertencendo nesta herança a meu Irmão Rafael por ser este o seu padrinho e quem poderá beneficiar para o futuro.<sup>30</sup>

Diante dessa declaração, é possível observar que Dona Jacinta Clementina de Jesus estava preocupada com o futuro de sua escrava. Este cuidado não se dava apenas pelo “legado da consciência”,<sup>31</sup> mas também pela relação mantida com essa cativa ao longo de sua vida.

Um primeiro dado sobre esses laços é o fato de Dona Jacinta Clementina de Jesus, filha legítima dos já falecidos Miguel José de Andrade e Ana Tereza de Jesus, não ter tido filhos, constando no seu testamento: “nunca fui casada e não tenho filhos”.<sup>32</sup> Ela senhoreava sete cativos, e, na partilha dos seus bens, esses escravos foram deixados de herança, segundo seu inventário, para o testamenteiro, inventariante e irmão, Rafael José de Andrade. Todos os cativos inventariados encontravam-se em idade adulta, com exceção de Cândida, a única entre os escravos doados a Rafael José de Andrade a receber um tratamento diferenciado, decorrente do pedido de que seu padrinho e segundo senhor zelasse pelo seu futuro. Percebe-se que Dona Jacinta Clementina de Jesus tinha algum apreço e afeto por Cândida, que, desde pequena, estivera presente no plantel de sua senhora e, por ocasião de seu falecimento, tinha apenas sete anos de idade, não

<sup>30</sup> Museu Regional de São del Rei. Testamento de Dona Jacinta Clementina de Jesus. Ano: 1851, cx.07.

<sup>31</sup> Museu Regional de São João del Rei. Inventario de Jacinta Clementina de Jesus. Ano:1851, cx. 07.

<sup>32</sup> Museu Regional de São João del Rei. Testamento de Jacinta Clementina de Jesus, 03/12/1851, cx. 07.

estando ainda destinada ao trabalho do eito, mas ocupando-se de serviços domésticos, ou seja, uma cativa integrada ao espaço de convivência da casa-grande. O serviço dentro de casa era um dos elementos de distinção, por ser menos exaustivo do que as extensas jornadas de trabalho no eito. É possível que Cândida, em relação aos outros cativos, tenha contado com roupas melhores, uma dieta variada e uma atenção mais imediata às doenças.<sup>33</sup> Além disso, manteve relações próximas com sua senhora, construindo laços de solidariedade e de sociabilidade, e fazendo com que seu futuro fosse pensado e planejado. A figura matriarcal de Dona Jacinta Clementina de Jesus era reconhecida entre seus familiares. Sendo órfã e irmã mais velha, tornou-se uma senhora estimada e respeitada, e, entre seus parentes, foi quem mais acumulou terras e escravos. Repartiu seus bens com enorme autonomia, sem nenhuma interferência de sua família, e, em seu testamento, advertiu alguns dos seus irmãos, deixando-os com uma pequena parcela da sua herança, angariando, assim, o reconhecimento de seus familiares e escravos.

Em 1851, após o falecimento de sua senhora, Cândida passou a pertencer ao seu padrinho, mantendo-se como escrava de Rafael José de Andrade por 30 anos. Ao longo dessas três décadas, tornou-se mãe, comadre e esposa. Teve dois filhos, Ovídio e Elvira — que foram apadrinhados por pessoas livres, irmãos de sua ex-senhora e parentes consanguíneos do seu segundo senhor — , e se casou com João Bernardo de Souza, de 40 anos, filho legítimo de Joaquim Bernardo de Souza e Isabel de Tal — uma pessoa livre que talvez lhe fornecesse algum recurso. Note-se que Cândida, ao longo da vida, adquiriu um forte capital relacional. Além do bom relacionamento com sua primeira senhora, seu padrinho e segundo senhor, Rafael José de Andrade, zelou pelo seu futuro, arrumando-lhe bons compadres e um casamento com uma pessoa livre do cativeiro.

Esse fragmento de história, em vista do longo contexto da escravidão brasileira oitocentista, representa um minúsculo átomo dessa estrutura, mas não deixa de ser um reflexo das relações pessoais, duradouras e complexas entre senhores e escravos. Tais práticas relacionais se mostram mais claras quando Dona Jacinta Clementina de Jesus,

<sup>33</sup> Sandra Lauderdale Graham, *Caetana diz não: história de mulheres da sociedade escravista brasileira*, São Paulo: Companhia das Letras, 2005, pp. 48-57.

preocupada com o destino de sua escrava, assumiu o papel patriarcal de prover a sua subsistência e registrar em testamento um pedido a seu irmão, o que foi por ele atendido a contento.

## A rede de compadrio do pardo Inácio José de Sant'Ana

O pardo e senhor Inácio José de Sant'Ana nasceu na Freguesia de São Tomé das Letras, no ano de 1789, filho natural de Ana Bernarda de São José, nascida na Freguesia do Pilar de São João del Rei, tendo se transferido para a Freguesia de Nossa Senhora de Carrancas. Segundo consta na lista nominativa de 1839, Inácio José de Sant'Ana tinha 50 anos de idade e era casado com a parda Ana Marcelina de Figueiredo, de 40 anos. Sendo pardo, era de ascendência escrava, não tendo sido possível apurar qual/quais dos seus antepassados havia(m) sido cativo(s). O que mais impressiona é o nível de mobilidade desse homem. Na Freguesia de São Tomé das Letras, tornou-se uma das pessoas mais afortunados, e sua riqueza estava acima da de muitos senhores brancos da localidade. Seu monte-mor foi avaliado em 67:721\$220, um dos inventários mais aquinhoados da freguesia.<sup>34</sup> Porém, a constituição dessa fortuna não se deu apenas por trabalhos e esforços mas com a soma de outros bens.

A esposa de Inácio José de Sant'Ana, Dona Ana Marcelina de Figueiredo, era filha natural de Marcelina Rosa de Jesus, que fora escrava do capitão Antônio Gonçalves de Figueiredo. Do testamento desse senhor, consta a seguinte revelação:

Sempre vivi no estado de solteiro e neste estado tive uma filha com Marcelina Rosa de Jesus, minha escrava que foi, cuja filha se chama Ana Marcelina de Figueiredo, casada com Ignácio José de Santa Ana, a qual minha filha instituiu minha universal herdeira.<sup>35</sup>

Ana Marcelina de Figueiredo foi alforriada na pia batismal por seu pai no dia 24 de outubro de 1790, na Capela de São Gonçalo do Brumado. É de chamar atenção o fato de essa senhora, vinda de ventre escravo, ter sido instituída como a principal herdeira daquele que fora senhor de

<sup>34</sup> CEMEC – Campanha-MG, Inventário post-mortem de Inácio José de Santana. Ano: 1846, cx.75.

<sup>35</sup> Museu Regional de São João del Rei. Inventário post-mortem de Antônio Gonçalves Figueiredo. Ano: 1819, cx. 88.

sua mãe e de seu pai. O capitão Antônio Gonçalves de Figueiredo era proprietário de um plantel na Vila de São João del Rei que contava com 49 escravos, e deixou parte desses cativos para sua filha. Desse modo, é provável que a riqueza adquirida por seu marido, Inácio José de Sant'Ana, tenha se elevado com o acréscimo de seus bens.

Esse casal de pardos não esteve preso aos grilhões do cativeiro. Sempre foram pessoas livres e, com muito trabalho e ações estratégicas, acumularam preciosos bens materiais e imateriais, que os colocaram entre as principais famílias da Freguesia de São Tomé das Letras. De acordo com o seu inventário, Inácio José de Sant'Ana teria adquirido os bens relacionados na Tabela 2, cujo monte-mor correspondia a 67:721\$220.

A maior parte do patrimônio de Inácio José de Sant'Ana e Ana Marcelina de Figueiredo esteve concentrada em casas e fazendas, pois todos esses bens foram avaliados em 38:542\$000. Em segundo lugar, vieram os cativos, e, por último, as produções agrícolas e pecuárias. Toda essa fortuna os hierarquizava diante dos pardos e dos demais senhores de escravos da região. Assim, os bens adquiridos por esse casal de pardos sugere que a mobilidade social na Freguesia de São Tomé das Letras era aberta para algumas pessoas de cor. Acrescente-se que, nas listas nominativas de 1839, constam nomes de mais onze casais de pardos detentores de terras e escravos.<sup>36</sup>

Portanto, esse fragmento de história pode nos dizer um pouco da escravidão na Freguesia de São Tomé das Letras, lugar em que a posse de cativos estabelecia uma diferença social entre pessoas livres, ou seja, o escravo nesta localidade determinava o lugar social de pessoas melhor situadas na hierarquia local.<sup>37</sup>

Inácio José de Sant'Ana faleceu na Freguesia de São Tomé das Letras, no dia 23 de dezembro de 1846, aos 56 anos idade, de morte natural; tendo recebido todos os sacramentos, foi acompanhado pelo vigário Agostinho José de Souza de Oliveira e sepultado na Igreja Matriz do Santíssimo Coração do Rio Verde. O senhor Sant'Ana não teve filhos e instituiu como herdeira de sua menção sua mãe “e, na falta desta, a viúva Ana Marcelina Figueiredo”.

<sup>36</sup> A cor parda atribuída a Inacio José de Sant'Ana e Ana Marcelina Figueiredo expressa as formas de hierarquia e níveis de ascensão e mobilidade social.

<sup>37</sup> Moses Finley, *Escravidão antiga e ideologia moderna*, Rio de Janeiro: Graal, 1991, pp. 32-48.

Tabela 2 - Bens adquiridos por Inácio José de Sant'Ana e Ana Marcelina de Figueiredo

Bem adquirido	Valor
Em dinheiro	661\$260
61 escravos	-
25 bois de carro	600\$000
158 cabeças de gado vacum	-
96 cabeças de cavalares	-
75 porcos	-
62 carneiros	-
Um engenho de cana	-
Fazenda da Prata na Freguesia de São Tomé em comum com sócios	3:200\$00
Casa no arraial de Três Corações do Rio Verde	300\$000
Casa no arraial de São Tomé	100\$000
Parte de benfeitorias da Fazenda da Prata	300\$000
Fazenda do Campo Formoso com 1,540 alqueires	33:642\$0
Casas na Fazenda do Campo Formoso com seu engenho	1:000\$00

**Monte-mor: 67:721\$220**

---

Fonte: CEMEC- Campanha - Inventários de Lavras. Ano:1847, cx 75.  
Inventariado: Inácio José de Santana.

Os louvados indicados no testamento pela viúva Ana Marcelina de Figueiredo foram o alferes José Martins de Carvalho e o sargento-mor Gabriel José Junqueira; o major Manoel Joaquim Álvares foi quem redigiu o testamento. Esses senhores foram donos dos maiores plantéis escravistas da região, e membros das famílias mais tradicionais e importantes da localidade.

O alferes José Martins de Carvalho contava com 26 escravos em sua propriedade, era dono da Fazenda do Ribeirão Fortes, irmão da Ordem Terceira de São João del Rei e irmão do Santíssimo Sacramento da Matriz de São João.<sup>38</sup> Consorciava várias atividades produtivas na região, em especial a agricultura e a pecuária. Seu pai, o capitão Jerônimo

---

<sup>38</sup> Museu Regional de São João del Rei. Inventário de José Martins de Carvalho. Ano: 1837, caixa: 48.

Martins de Carvalho, residia na Vila de São João del Rei, onde tornou-se um grande senhor de escravos, e constituiu, ao longo da vida, uma extensa fortuna. Ao falecer, todos os seus bens foram repartidos entre os herdeiros legítimos, e, assim, José Martins de Carvalho, recebendo boa parte da herança, deu início à sua empreitada como um importante patriarca da Freguesia de São Tomé das Letras.

O sargento-mor Gabriel José Junqueira, filho de José Francisco Junqueira, o quarto filho do patriarca da família Junqueira, João Francisco Junqueira, e sobrinho de Gabriel Francisco Junqueira, o Barão de Alfenas, foi proprietário da Fazenda Atalho, tendo pertencido a uma das famílias mais tradicionais do sul de Minas Gerais.<sup>39</sup>

Manoel Joaquim Alves residia na Fazenda da Prata e era casado com Dona Missia Carolina de Jesus. Em sua escravaria, havia 12 cativos, um plantel de médio porte.<sup>40</sup> Era filho de Antônio Joaquim Alves e Ana Joaquina de São José. Seu pai era detentor de uma considerável fortuna e de uma grande escravaria na Freguesia de Lavras do Funil.

A relação do pardo Inácio José de Sant'Ana com esses homens de prestígio na região demonstra suas alianças com a elite local, mas não deixou de se relacionar com pessoas de estatuto social inferior ao seu. Em seu testamento, beneficiou algumas crianças que eram filhas de pessoas menos abastadas e de escravos na região. “Deixo a José, filho de Laureana, escrava que foi de Rita Felícia Ramos, a quantia de 600\$000. Para Antônio, filho de João Antônio da Silva, a mesma quantia de 600\$000”.<sup>41</sup>

Não se sabe ao certo a ligação dessas crianças e de seus pais com Inácio José de Sant'Ana, mas é provável que tenham sido pessoas que com ele mantiveram fortes laços de sociabilidade e solidariedade construídos por meio de favores e gratidões.

Inácio José de Sant'Ana tornou-se compadre do pardo Manuel José Antunes, de 26 anos, casado com Eliodora Maria, de 25 anos, tendo apadrinhado um dos filhos desse casal, o inocente Antônio. Manuel Antunes não era senhor de escravos e residia com sua família no fogo de

<sup>39</sup> Marcos Ferreira de Andrade, *Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850)*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

<sup>40</sup> CEMEC – CAMPANHA – MG – Inventário de Manoel Joaquim Lopes, Vila de Lavras, cx. 94

<sup>41</sup> CEMEC – Campanha-MG. Inventário de Inácio José de Santana. Ano: 1847, cx: 75.

nº 88, domicílio próximo à Fazenda Formosa, propriedade que pertencia ao seu compadre. Na lista nominativa consultada, Manuel José Antunes foi classificado como trabalhador que, provavelmente, prestava serviços nas unidades produtivas da região para garantir o sustento de sua família. Tendo-se tornado compadre de uma pessoa de *status* social mais elevado, teria um pouco mais de segurança, numa sociedade desigual, agrária e escravista.

As outras pessoas que se relacionaram com o pardo Inácio José de Sant'Ana foram Antônia de Tal, que teve uma filha apadrinhada por ele, e o casal Joaquim José Antônio Evangelista e Custodia Cândida do Carmo, que contou com Inácio José de Sant'Ana para ser padrinho de casamento dos seus filhos.<sup>42</sup>

Note-se que o pardo Inácio José de Sant'Ana estreitou e ampliou sua área de influência sobre diversos segmentos da sociedade local. Tais relacionamentos baseados em redes clientelares e nas alianças com homens de prestígio teriam contribuído para que uma pessoa de ascendência escrava, como ele, lograsse ascensão numa sociedade escravista fortemente hierárquica e excludente.

## Tornando-se parente dos familiares do seu senhor

No ano de 1839, a propriedade escravista do senhor Inácio José de Sant'Ana<sup>43</sup> contava com 42 escravos, todos eles solteiros. No ano seguinte, alguns desses cativos começaram a se unir pelo matrimônio e, no início da década de 1840, ocorreram oito uniões maritais em sua escravaria. As testemunhas dessas uniões foram os seus parentes (genro e irmãos), e esses casamentos ocorreram de forma coletiva: três foram formalizados em 31 de abril de 1845, e cinco, em 18 de abril de 1845. Entre esses escravos, apenas os filhos do casal Francisco José Guine e Marciana Crioula foram apadrinhados por parentes de Inácio José de Sant'Ana, ou seja, esses dois cativos foram os que mais se relacionaram com familiares da casa-grande. O Gráfico 8 apresenta essas relações.

<sup>42</sup> CEMEC – Campanha-MG. Inventário de Inácio José de Santana. Ano: 1847, cx: 75.

<sup>43</sup> CEMEC – Campanha-MG. Inventário de Inácio José de Santana. Ano: 1847, cx: 75.

Essas ligações tiveram início em 23 de fevereiro de 1844, quando Izia, filha legítima de Francisco José Guine e Marciana Crioula, foi apadrinhada por José Inácio Ximenes de Prado e Ana Honória de Figueiredo, respetivamente, genro e cunhada do senhor Inácio José de Sant’Ana. Além disso, José Inácio Ximenes de Prado (genro) apadrinhou mais um filho desse casal de cativos, o inocente Batista, que recebeu o santo óleo do batismo em 23 de janeiro de 1846. Foram madrinhas dessas crianças as senhoras Maria Vitoria de Sant’Ana, exposta, filha de criação de Inácio José de Sant’Ana, casada com José Inácio Ximenes de Prado, e Ana Honória de Figueiredo, cunhada do senhor Sant’Ana. O senhor Inácio José de Sant’Ana não conseguiu presenciar o momento em que um dos filhos do casal Francisco José e Marciana foi libertado por sua esposa, pois, antes disso, veio a falecer.

No assento de batismo ocorrido no dia 11 de abril de 1859, foi constatado outro filho de Francisco José e Marciana sendo apadrinhado pelo senhor José Inácio e Ana Marcelina de Figueiredo. O padrinho era irmão do falecido senhor Inácio José de Sant’Ana, e a madrinha, a viúva do mesmo.

No ano de 1859, Francisco José Guine e Mariana Crioula aparecem no registro de batismo de seu filho José dado como *forro*. Porém, o vigário da Freguesia de São Tomé das Letras, José Cancio dos Reis Meirelles, não mencionou a cor e a origem desse casal. Sabe-se que, na sociedade escravista brasileira, a cor e origem tanto poderiam distanciar os indivíduos do cativeiro como também aproximar-los.<sup>44</sup> No caso aqui analisado, não há menção a esses atributos, mas tudo indica que esse casal estava se distanciando do estigma da escravidão, afirmação que pode ser plausível, uma vez que os padrinhos de seus filhos não eram provenientes da senzala, mas, ao contrário, eram pessoas livres e, mais que isso, parentes do seu senhor, estando o seu leque de relações e de seus filhos direcionado para membros da casa senhorial.

Para reforçar essa aproximação, Francisco José Guine e Marciana Crioula adotaram os sobrenomes do seu senhor e, para seus filhos, os de seus compadres.

A iniciativa de (ex-)cativos de adotar o sobrenome do senhor

<sup>44</sup> Hebe Maria Mattos de Castro, *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, pp. 28-59.

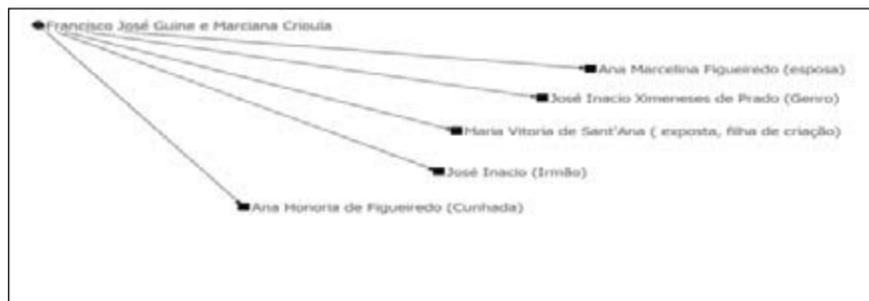


Gráfico 9 - Relações de compadrio de Francisco José Guine e Marciana Crioula com parentes de Inácio José de Sant'Ana.

Fonte: Cúria Diocesana de Campanha-MG. Registros paroquiais de batismo da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870).

tem sido bastante relatada pela historiografia.<sup>45</sup> Gilberto Freyre talvez tenha sido o primeiro estudioso a fazer referência a isso. Segundo ele, os “negros batizados e constituídos em família tomavam em geral o nome da família dos senhores brancos”. Certamente, Freyre exagerou na abrangência do fenômeno, articulando-o com a sua ideia de família patriarcal.<sup>46</sup> Márcio Soares esclarece que “raríssimos eram os casos em que os escravos apareciam com um sobrenome, fosse ele qual fosse”, uma prática que foi mais difundida entre os forros.<sup>47</sup> Para o período colonial, João Fragoso refere que o costume de adotar o sobrenome do seu senhor fazia parte do sentimento de pertencimento do cativo à casa senhorial. As famílias escravas com os nomes das casas de seus senhores tinham mais chances de estabelecer vínculos sociais com pessoas de condições distintas, o que lhes dava maiores recursos no cotidiano do cativeiro.<sup>48</sup>

<sup>45</sup> Carlos Egemann, *De laços e de nós*, Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p. 62; João José Reis, *Domingos Sodré: um sacerdote africano*, São Paulo, Companhia das Letras, 2008; Regina Célia Lima Xavier, *A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*, Campinas: CMU; UNICAMP, 1996.

<sup>46</sup> Gilberto Freyre, *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, São Paulo: Global, 2006, p. 539.

<sup>47</sup> Márcio Soares, “Presença africana e arranjos matrimoniais entre os escravos em Campos dos Goitacazes (1790-1831)”, *História. Questões e Debates*, v. 52, n. 1 (2010), pp. 166-7.

<sup>48</sup> João Fragoso, “Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira, Rio de Janeiro, 1700-1760”, in João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa (orgs.), *Na trama das redes. Política e negócios no império português. Séculos XVI-XVIII* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009), p. 276.

Conforme Paulo Moreira, a adoção do sobrenome senhorial podia fazer parte do projeto de vida dos cativos. Se, por um lado, essa estratégia mergulhava mais ainda o escravo em laços de dependência com a casa senhorial, por outro,

[...] auxiliava na sua localização social. Um indivíduo sem referências representava um ponto frágil, desprotegido, afinal, a imersão em redes de dependência é um pré-requisito [...] [para a elaboração de] estratégias de resistência e sobrevivência.<sup>49</sup>

Nesse sentido, esses seriam os cativos que tinham maior proximidade com a família senhorial e, por isso, tinham mais oportunidade de alcançar a liberdade. Dentro da linha de argumentação aqui empregada, é possível crer que, geralmente, essa liberdade acontecia, em tese, sem rompimento com o senhor.<sup>50</sup>

O elo familiar de José Inácio Ximenes de Prado com o senhor Inácio José de Sant'Ana refletia-se, de alguma forma, na situação de vida dos seus compadres e afilhados. Pode-se sugerir que o próprio senhor Ximenes de Prado fazia com que seus compadres presos à senzala fossem valorizados e reconhecidos na casa senhorial. Em consonância com essa prática, havia as estratégias escravas, pois a relação de compadrio com um membro familiar de seu senhor foi um dos meios encontrados por Francisco José Guine e Marciana para tecer laços de parentesco ritual com a família senhorial. Esses laços permitiam aos cativos uma estabilidade para formar famílias, escolher aliados e afinar estratégias num mundo escravista marcado pela insegurança. Além disso, essa sociedade escravista era repleta de estratégias por parte dos cativos, visando ao mesmo objetivo, ou seja, “reduzir as margens de incertezas do cativeiro”.<sup>51</sup>

## Ascendendo pelas relações de compadrio

Leodora nasceu no ano de 1806 na Freguesia do Monte Serrat de Baeppendi do termo da Vila da Campanha da Princesa. Era filha legítima de

<sup>49</sup> Paulo Moreira, “Etnicidade e liberdade: as nações africanas e suas práticas de alforria”, *Ciências e Letras*, n. 44 (2008), p. 178.

<sup>50</sup> Márcio Soares, “A remissão do cativeiro: alforrias e liberdades nos Campos dos Goitacases, c. 1750-c. 1830” (Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2006).

<sup>51</sup> Soares, “A remissão do cativeiro”, p. 220.

Antônio e Cristina, escravos do capitão Antônio Gonçalves Penha,<sup>52</sup> todos moradores da Fazenda do Riacho do Congonhal. Em outras palavras, era uma recém-nascida na escravidão, sujeita a engrossar a lista de crianças que foram vítimas da alta taxa de mortalidade infantil ocorrida nas senzalas brasileiras. Entretanto, graças aos cuidados e às atenções que recebeu, Leodora conseguiu escapar da mortalidade do cativeiro e passou um longo período da sua vida numa sociedade escravista marcada profundamente pela exclusão e desigualdade social.

O português Antônio Gonçalves Penha morreu em 12 de junho de 1804 e foi sepultado na Capela de São José do Favacho. Em seu testamento, aberto em 17 de novembro de 1803, deixou para seu filho, o Padre Antônio Gonçalves, a escrava Leodora e seus pais: “Declaro que dei mais ao dito padre dois escravos, um por nome Antônio e mais uma escrava por nome Cristina e mais uma filha desta que entrará com eles para a conta de sua legítima pelo seu justo preço”.<sup>53</sup>

Desse modo, Leodora e seus pais foram transferidos para outro senhor, e seus laços familiares não foram fracionados, mas os outros cativos não tiveram a mesma sorte, pois foram vendidos para parentes e amigos do senhor Antônio Gonçalves Penha. Alguns que viviam em famílias foram separados dos seus entes queridos pelas vendas. Portanto, na propriedade do capitão Antônio Gonçalves Penha, a única família que permaneceu unida foi a de Leodora.

Diante desse quadro, é certo que os pais de Leodora tenham tido boas relações com o patriarca português Antônio Gonçalves Penha, e que teriam utilizado várias estratégias para que seus laços familiares fossem reconhecidos e respeitados pelo seu senhor e pelos membros familiares da casa-grande.

No ano de 1841, em um dos assentos de batismo da Freguesia de São Tomé das Letras, consta o nome de Leodora, descrita como crioula e escrava do senhor João Ferreira da Silva. Essa cativa e seu senhor

<sup>52</sup> O capitão Antônio José Gonçalves Penha era natural de Ribeira de Penha, bispado de Braga, filho de Pedro Gonçalves Penha e Maria Andreza, casado com Florêncio Maria de Jesus. Casaram-se na capela de São Miguel do Cajuru e tiveram dois filhos, o futuro pároco, Antônio Gonçalves e João Gonçalves.

<sup>53</sup> Museu Regional de São João del Rei. Testamento do Alferes José Gonçalves Penha. Ano: 1806, cx: 102.

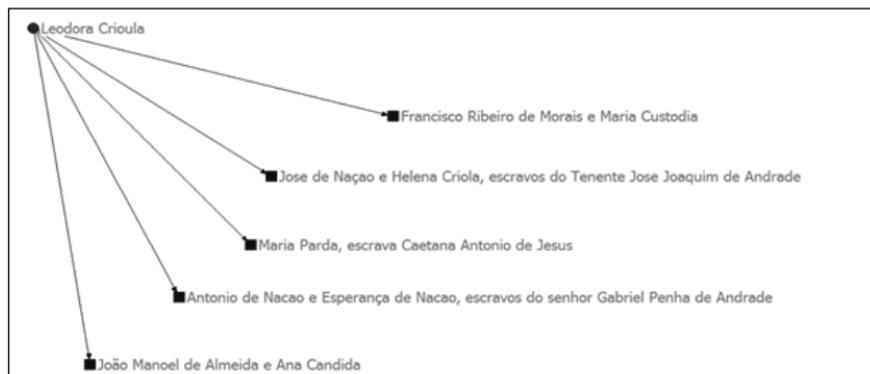


Gráfico 10 - Compadres e comadres da escrava Leodora

Fonte: Cúria Diocesana de Campanha-MG. Registros paroquiais de batismo  
da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870).

tornaram-se padrinhos da inocente Domingas, filha legítima dos pardos livres João Manuel de Almeida e Ana Cândida, moradores da Freguesia de São Tomé das Letras. No ano subsequente, Leodora apadrinhou, na companhia de Manuel Jacinto Alves como padrinho, outra criança livre, a inocente Maria, filha legítima do pardo Francisco Ribeiro Morais, 31 anos, e da parda Maria Custódia do Nascimento, de 29 anos, moradores no fogo de nº 58 da Freguesia de São Tomé. Leodora também apadrinhou inocentes cativos da região, tornando-se comadre das várias pessoas, conforme o Gráfico 9.

As pessoas mencionadas na representação gráfica tiveram seus filhos apadrinhados por Leodora Crioula entre os anos de 1841 e 1852. Durante todo esse tempo, ela se relacionou, por meio do compadrio, com distintos segmentos da região. Tornou-se comadre de escravos pertencentes a distintas escravarias e a pessoas livres do jugo do cativeiro. Além disso, os padrinhos que estiveram ao seu lado na pia batismal eram também agentes livres; um deles, inclusive, era o seu senhor, João Ferreira da Silva, do qual se falará adiante.

Quanto à trajetória de vida da escrava Leodora, infelizmente surgiram algumas lacunas, não tendo sido possível apurar como essa cativa chegou à propriedade do senhor João Ferreira da Silva. Não foram encontrados, por exemplo, o testamento e o inventário de seu antigo senhor, o padre Antônio Gonçalves, em documentos paroquiais e cartoriais consultados.

Contudo, é possível dar continuidade ao exame da trajetória de vida de Leodora Crioula com base em outros documentos. Pelo inventário do senhor João Ferreira da Silva, sabe-se que a escrava chegou à sua propriedade em 1841, ano em que esse senhor encontrava-se com 64 anos de idade. Na lista nominativa de 1839, ele é descrito como branco, lavrador, alfabetizado e viúvo de Dona Francisca Maria. Em sua companhia havia duas pessoas: uma delas era o seu filho, Joaquim José da Silva, branco, de 27 anos, solteiro, lavrador e também alfabetizado. O outro era José Ferreira, branco, de 15 anos e analfabeto. João Ferreira da Silva tinha mais duas filhas que residiam em outras propriedades: Maria Ferreira da Silva, casada com Antônio Monteiro da Silva, e Joana Feliciana, de 21 anos, casada com Antônio Correia Flávio. Este último casal morava no domicílio de número 63º, e, em seu plantel, havia apenas um cativo.

No ano de 1839, na propriedade de João Ferreira da Silva, havia sete escravos que trabalhavam no cultivo de gêneros destinados à alimentação. Leodora não aparece listada nessa propriedade, mas, como já referido, seu nome consta como cativa desse senhor nos assentos de batismo da região no ano de 1841.

No ano de 1857, Leodora Crioula foi alforriada por João Ferreira da Silva. Sua liberdade foi concedida de forma incondicional, ou seja, sem atender a qualquer exigência após o falecimento de seu senhor. Essa conquista seria, provavelmente, fruto de várias estratégias que resultaram em uma intensa aproximação com o seu senhor. De acordo com o que está expresso em seu testamento, um dos motivos que o levaram a libertar Leodora foram os bons serviços prestados. Porém, em alguns momentos da escrita do testamento, nota-se que o senhor Silva demonstrava gratidão e afeto por esta escrava, enfatizando mais de uma vez que a libertasse “pelo amor de Deus”.<sup>54</sup>

É importante frisar que, nesse documento, foi acrescentado mais um nome para Leodora, que passou a se chamar Leodora Maria crioula. Essa designação de sua origem a aproximava do estigma do cativeiro; em outras palavras, um tipo de designação social que dificultava o seu acesso a patamares sociais mais elevados. Acrescente-se que, o nome Maria,

<sup>54</sup> Cúria Diocesana de Campanha. Assento de Obitos da Freguesia São Tomé das Letras. Testamento de Leodora Maria da Penha anexo ao seu Assento de Obito. Ano: 1862.

escolhido por Leodora, era da antiga senhora de seus pais, Florênciaria de Jesus. É possível que esse tipo de homenagem nominal estivesse ligado às boas relações de convivência que seus pais mantiveram com essa senhora e com seus familiares.

No dia 11 de novembro de 1858, foi feita a abertura do inventário do senhor João Ferreira da Silva. Seus maiores bens foram os seus escravos, avaliados em 6:350\$000. Todos foram vendidos, e os lucros das transações e de outros bens foram divididos entre os seus filhos e sua ex-escrava Leodora Maria. Além de essa ex-cativa receber parte da herança, obteve também o lucro da venda de três escravos. Na Tabela 3 reúnem-se os bens que o senhor Ferreira da Silva deixou para Leodora Maria.

Os bens recebidos por Leodora Maria foram avaliados em 626\$400, recursos que foram significativos na vida dessa recém-egressa do cativeiro, dando-lhe plenas condições para iniciar uma nova vida em liberdade, não correndo o risco de ficar desamparada em uma sociedade escravista insegura e hostil para os recém-saídos do cativeiro.

De acordo com os bens ofertados, percebe-se que o senhor João Ferreira da Silva se preocupava com o futuro de sua ex-escrava, que recebeu terras para o cultivo de produtos que gerassem alimentos e instrumentos de trabalho para a realização dessas atividades produtivas; além disso, ela teve direito sobre parte da venda de três escravos do plantel, o que poderia lhe conferir algum reconhecimento por ter acesso à posse de cativos.

Ao que tudo indica, a estima e gratidão que João Ferreira da Silva demonstrou por Leodora Maria não se resumiram aos bons serviços prestados por ela, mas a fortes relações de afinidade. Os documentos consultados não revelam, de forma direta, a existência de uma relação íntima entre os dois, porém, reconstituindo a trajetória desses dois agentes de distintas condições, notam-se alguns indícios que poderiam apontar uma possível relação amorosa.

Um primeiro dado a ser considerado é que João Ferreira da Silva esteve por muito tempo viúvo, e a busca por uma nova esposa egressa do cativeiro poderia causar certos constrangimentos familiares. Seus filhos não aceitariam a presença dessa nova companheira, pois afetaria as recordações da figura materna e o *status* da família, além do que a família de sua falecida consorte consideraria uma afronta esse tipo de atitude.

Tabela 3 - Bens herdados por Leodora Maria  
de seu ex-senhor João Ferreira da Silva

Bem herdado	Valor
Dois alqueires de terras de Samambaia	78\$767
Uma ferramenta de carpinteiro	12\$000
Três machados	12\$000
Uma foice	1\$750
Uma enxada	1\$750
Uma mesinha	2\$000
Um oratório com imagem	16\$000
Parte do valor do escravo Inácio avaliado em	387\$555
Parte do valor da escrava Lina avaliada em	75\$465
Parte do valor do escravo Domingos avaliado em	45\$557

Fonte: Escritório Técnico do IPHAN da cidade de São João del Rei. Inventário da Freguesia de São Tomé das Letras. Ano: 1858, cx: 10. Inventariado: João Ferreira da Silva.

Deve-se também ressaltar que Leodora recebeu um distinto tratamento em comparação com o dos outros cativos de José Ferreira da Silva: foi a única escrava naquele plantel a manter relações de compadrio tanto com pessoas cativas quanto com pessoas livres; foi libertada de forma incondicional, não tendo sido doada nem vendida; recebeu significativos pecúlios do seu senhor; e, excepcionalmente, foi a única cativa na região que esteve ao lado de um senhor apadrinhando uma criança livre.

Sobre este último dado, convém acentuar que foram raríssimos os casos em que os senhores apadrinharam crianças na companhia dos seus cativos. Além disso, se os inocentes fossem livres, o comum era os senhores estarem na companhia de suas esposas como madrinhas. No ritual do compadrio, Leodora estaria ocupando, assim, o lugar da falecida esposa do seu senhor.

Eduardo França Paiva demonstrou que o envolvimento de escravas com senhores, em muitos casos, possibilitou novos entendimentos sobre as relações escravistas. Muitas dessas mulheres passaram a ser agentes ativos ao conquistar e manter relacionamentos com homens de melhor condição socioeconômica. Provocando esses contatos amorosos, as mulheres tiveram a possibilidade de garantir recursos materiais para o

futuro, ao gerar filhos de seus senhores, e de adquirir melhores condições de vida no cativeiro ou, até mesmo, sua alforria.<sup>55</sup>

Ao que parece, as relações afetivas entre João Ferreira da Silva e Leodora Maria seriam oriundas de intensa convivência e interação, pois essa escrava esteve ao lado desse senhor por quase duas décadas, compartilhando o mesmo espaço social e doméstico. Portanto, esse tipo de relacionamento é reflexo das várias relações familiares entre pessoas de distintos segmentos sociais, que contribuíram para a formação de uma sociedade plural, que aceitava a constituição de distintos e complexos arranjos sociais e familiares.

No dia 22 de junho de 1864, Leodora Maria Penha Crioula faleceu, aos 54 anos de idade, de morte natural; recebeu todos os sacramentos e foi velada pelo vigário da Freguesia de São Tomé das Letras, João Ribeiro Maia. No seu testamento, aberto no dia 10 junho de 1864, dias antes de seu falecimento, ela declarou ser solteira e não ter filhos nem herdeiros legítimos. Os bens listados em seu testamento foram distribuídos como segue:

Deixo por meu testamenteiro em primeiro lugar José da Costa Resende, em segundo lugar Silvestre da Silva Morais e em terceiro lugar João Antônio de Souza, aos peço que irão aceitar este meu testamento, e ao que aceitar, deixo-lhe de prêmio sessenta mil reis. Peço para rezar duas missas para a alma do finado João Ferreira da Silva. Deixo a minha afilhada Maria Rita ou filha de Francisco Ribeirão de Morais a quantia de doze mil reis. Deixo para a matriz de São Tomé a quantia de 20 mil reis. A senhora Antônia mulher de Silvestre da Silva Maciel a quantia de cinquenta mil reis. Deixo digo, o meu testamenteiro deixara ao procurador da Nossa Senhora do Rosário a quantia de dezenove contos de reis, quem estou devendo. Declaro que deixo para a ajuda da Matriz de São Tomé a quantia de 90 mil reis. Declaro mais para a Capela do Santíssimo Sacramento, que vai no sacramento da Matriz de São Tomé das Letras a quantia de 50 mil reis. Deixo a minha afilhada Maria Rita Filha de Ana a quantia de dez mil reis, titular herdeira

<sup>55</sup> Eduardo França Paiva, *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*, São Paulo: Annablume, 1995, pp. 118-20.

dos meus bens, depois de cumpridas as minhas disposicoes a Jose de Costa Resende. E desta forma tenho feito meu testamento.<sup>56</sup>

A parte transcrita do testamento de Leodora Maria Penha Crioula resume a constituição do seu capital relacional, construído por suas relações de compadrio e outras formas de sociabilidade na região. José da Costa Resende, o primeiro a ser citado em seu testamento, era morador da Freguesia de São Tomé das Letras, e residia como agregado no plantel escravista da senhora Rita Maria de Jesus, viúva, de 70 anos de idade, que contava com 30 escravos em sua unidade. Esse agregado se tornou senhor de escravos. A ligação de José da Costa Resende e Leodora Maria Penha se deu no momento em que Resende apadrinhou uma criança de sua escravaria, reforçando, assim, os laços de convívio.

Na sequência do testamento, Leodora Maria pede duas missas ao seu finado ex-senhor, João Ferreira da Silva, e deixa alguns pecúlios para sua afilhada Maria Rita, filha de seu compadre Francisco Moraes Ribeiro.

Outro dado que merece atenção em seu testamento é o acréscimo de mais um sobrenome, pois, passou a se chamar Leodora Maria Penha. Note-se que ela adotou o sobrenome da família dos seus antigos donos e não o de João Ferreira da Silva. Diante disso, cabe uma pergunta. Por que Leodora, quando se tornou liberta, não adotou o sobrenome de João Ferreira da Silva? Com receio de não subverter os preceitos morais, normativos e cristãos da sociedade local, é provável que o senhor João Ferreira da Silva tenha se relacionado com Leodora em segredo, e o não reconhecimento social desse relacionamento talvez tenha descontentado Leodora, que resolveu não homenageá-lo com a adoção de um novo sobrenome. A escolha do sobrenome Penha pode também estar associado a um outro artifício. A família Penha era uma das mais tradicionais e respeitadas na região, muitos dos seus membros eram grandes senhores de escravos e importantes autoridades eclesiásticas, e a adoção de um sobrenome familiar de prestígio conferiria a Leodora Maria a possibilidade de maior reconhecimento após sua vida de cativeiro. No seu testamento, Leodora Maria foi mencionada como crioula, designação que ainda a aproximava do estigma

<sup>56</sup> Cúria Diocesana de Campanha. Assento de Obitos da Freguesia São Tomé das Letras. Testamento de Leodora Maria a Penha, documento anexo ao Assento de Obito de Leodora Maria da Penha. Ano: 1862.

da escravidão. Portanto, o reconhecimento social de sua relação com um senhor de escravos e a adoção de um sobrenome familiar de prestígio na região poderiam distanciá-la um pouco do seu passado escravista, facilitando, talvez, sua inserção em uma sociedade hierárquica e excluente.

Esse tipo de relação pode ter ocorrido em várias unidades escravistas da região, podendo-se, assim, dizer que a sociedade que se constituía na Freguesia de São Tomé das Letras abria possibilidades para diferentes e complexos arranjos familiares e sociais.<sup>57</sup>

## Considerações finais

O compadrio, em seu caráter quantitativo, mostrou um elevado número de crianças escravas batizadas entre as décadas de 1840 e 1870 em São Tomé das Letras. Esses batismos são um indício de que os senhores daquela freguesia tinham interesse em investir na reprodução física de suas escravarias, ao lado do interesse na importação de africanos vindos do tráfico negreiro. Outro aspecto a ser considerado é a condição social dos padrinhos: apesar de os cativos terem apadrinhado um maior número de crianças escravas, os livres também compareceram com muita frequência nas cerimônias batismais desses inocentes, numa demonstração de que as relações de compadrio dos pais dos pequenos cativos ultrapassaram os limites impostos pela escravidão.

A partir do compadrio naquela freguesia, percebe-se a presença de uma comunidade escrava que se organizava nas grandes escravarias pertencentes a senhores, membros da mesma família. Esses indivíduos se encontravam no topo da hierarquia local, pois possuíam notoriedade e reconhecimento entre os importantes fazendeiros do sul de Minas. Portanto, a iniciativa de fazer com que seus escravos mantivessem relações entre si pode indicar, ainda, que esse seletivo grupo de patriarcas estava se distinguindo dos demais escravistas da região. As distinções entre as senzalas eram fruto da hierarquia existente entre os senhores e suas casas.<sup>58</sup>

Os casos específicos analisados nas relações de compadrio da

<sup>57</sup> Paiva, *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*, pp. 118-20.

<sup>58</sup> João Fragoso, “Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial”, *Topoi*, v. 11, n. 21 (2010), p. 85.

região demonstraram que as histórias de senhores, escravos e egressos da escravidão tinham distintos itinerários. Nesses trajetos, referiu-se o caso de uma senhora que, em seu testamento, pediu a seu irmão, padrinho de sua cativa, que zelasse pelo seu futuro, não atribuindo a outros herdeiros essa incumbência. Em outra situação, as relações de compadrio de um casal de escravos exclusivamente com parentes do seu senhor facilitou-lhes no processo de ascensão social e afastamento das relações do cativeiro. Mais tarde, essas “alianças para cima”<sup>59</sup> advindas desses laços, contribuíram para que conseguissem suas alforrias. Por fim, tem-se a história de Leodora, uma escrava que, excepcionalmente, foi à única na região a apadrinhar uma criança livre na companhia do seu senhor, que se encontrava em estado de viudez, entendendo-se que, no ritual do compadrio, essa cativa estaria substituindo a falecida esposa do seu dono. Mais adiante, Leodora foi libertada incondicionalmente e recebeu escravos e alguns ativos agrícolas. Essas evidências permitiram a conclusão de que entre Leodora e o seu senhor tenha havido uma relação íntima que, por motivos morais, não chegou a ser reconhecida publicamente.

Para finalizar, em todas essas tramas sociais, as relações de compadrio foram fundamentais, por terem contribuído para que esses distintos agentes conseguissem proteção e algum tipo de ascensão social em uma sociedade escravista, excludente e hierárquica.

*Recebido em 08/05/2014 e aprovado em 28/12/2016.*

---

<sup>59</sup> Silvia Brügger, “Escolha de padrinho e relações de poder: uma análise do compadrio em São João del Rei (1736-1850)”, in José Murilo de Carvalho (org.), *Nação e cidadania no Império* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007), p. 319.

## **Resumo**

Na sociedade escravista brasileira, o sacramento do batismo estabelecia obrigações morais entre pessoas de diversos segmentos da sociedade (senhores, escravos, libertos, agregados, sitiantes etc.). Neste sentido, é importante que se faça um estudo das relações de compadrio dos distintos agentes sociais. Primeiramente, analisaremos os padrões gerais do compadrio (número apadrinhamentos, escolhas de padinhos e batismo de escravos nas grandes escravarias) na Freguesia de São Tomé das Letras, entre os anos de 1840 e 1870. Na sequência examinaremos os estudos de casos, no intuito de compreender as particularidades do compadrio na região. Investigamos histórias de famílias, demonstrando distintas estratégias de vidas em torno das tramas sociais do batismo católico.

**Palavras-chave:** Escravidão - São Tomé das Letras - compadrio, hierarquia e senhores.

## **Abstract**

*In Brazilian slave society, the sacrament of Baptism established moral obligations among people of different social groups (masters, slaves, freed people, lodgers, farmers etc.). Therefore, it is important to study godparentage between these diverse groups. First, we analyze the general pattern of godparentage (numbers, the choice of a godparent, and slave baptism in large slaveholdings) in the Parish of São Tomé das Letras, between the 1840s and 1870s. Then we examine individual cases in order to understand the peculiarities of godparentage the region. Family histories are investigated, showing distinct life strategies surrounding social plots of Catholic baptism.*

**Keywords:** Slavery - São Tomé das Letras - “comadrazgo” and hierarchies.